



ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: contribuições para a formação integral do estudante na educação profissional e tecnológica

SUPERVISED INTERNSHIP IN INTEGRATED HIGH SCHOOL: contributions to students' integral training in professional and technological education

ARTIGO

Ronancielle Teixeira de Abreu Lima¹
Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT
E-mail: ronancielle@hotmail.com

José Vinicius da Costa Filho
Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT
E-mail: jose.costa@ifmt.edu.br

RESUMO:

O presente artigo tem como tema a prática do estágio no Ensino Médio Integrado, permeando as concepções e contradições existentes dessa relação na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Assim, o objetivo proposto analisa as contribuições do estágio supervisionado como momento oportuno da práxis a ser vivenciado pelo estudante durante o processo da formação integral na EPT. O estudo privilegiará o diálogo com a base teórica da EPT, em especial Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), bem como a pesquisa de Grasel *et al.* (2024). A abordagem metodológica da pesquisa é qualitativa, possui caráter exploratório, utilizando-se da ferramenta de revisão bibliográfica de obras que tratam sobre o tema. Os resultados apontam que existe uma necessidade de superação da alienação da sociedade em relação à dicotomia existente entre as classes sociais e a finalidade a que o ensino lhe são ofertadas. Nessa perspectiva o Ensino Médio Integrado (EMI), considerando a concepção da formação integrada, e o estágio supervisionado pensado como prática e teoria indissolúvel, apresentam a oportunidade de uma educação profissional articulada com as demais dimensões do estudante/indivíduo, que ao transformar-se em um ser ciente e crítico da realidade que está inserido é capaz de refletir e propor mudanças que avancem no sentido dessa superação necessária. A pesquisa contribui com a agenda que trata do estágio supervisionado no EMI da EPT.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Ensino Médio Integrado; Formação Integral; Estágio Supervisionado.

ABSTRACT:

*This article's theme is the practice of internships in Integrated High School, permeating the existing conceptions and contradictions of this relationship in Professional and Technological Education (EPT). Thus, the proposed objective analyzes the contributions of the supervised internship as an opportune moment of praxis to be experienced by the student during the process of integral training at EPT. The study will focus on dialogue with the theoretical basis of EPT, especially Frigotto, Ciavatta and Ramos (2012), as well as the research by Grasel *et al.* (2024). The methodological approach of the research is qualitative, has an exploratory character, using the bibliographic review tool of works that deal with the topic. The results indicate that there is a need to overcome society's alienation in relation to the dichotomy between social classes and the purpose for which education is offered. From this perspective, Integrated Secondary Education (EMI), considering the conception of integrated training, and the supervised internship thought of as inseparable practice and theory, present the opportunity for professional education articulated with the other dimensions of the student/individual, who, when transformed, in a being that is aware and critical of the reality in which it is inserted, it is capable of reflecting and proposing changes that advance towards this necessary overcoming. The research contributes to the agenda that deals with the supervised internship at EPT's EMI.*

Keywords: Professional and Technological Education; Integrated High School; Comprehensive Training; Supervised Internship.

Editor:
Dr. João Batista Lopes da Silva
Universidade do Estado de Mato Grosso
e-mail: revistaedu@unemat.br



1 INTRODUÇÃO

Os conceitos relacionados ao Ensino Médio Integrado (EMI) são amplamente discutidos dentro de programas de pós-graduação e de programas de qualificação com foco na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). As concepções e principalmente as contradições existentes no processo de desenvolvimento da educação no país, evidenciam a necessidade de ampliar ainda mais as discussões sobre o tema. A EPT se baseia em conceitos de formação do estudante de maneira integral, sendo esses formados para o mundo do trabalho.

A conciliação desses conceitos (que tem como perspectiva a integração entre o trabalho, ciência e cultura) e a visão do sistema de capital vivenciado atualmente tem sido destaque nos debates de produções acadêmicas recentes. O EMI, na visão da EPT, representa o modelo educacional que retrata e representa a luta contra a separação existente entre o modo de enxergar o trabalho, a divisão de riquezas entre as classes, e conseqüentemente entre o foco dos saberes a serem mediados a cada indivíduo.

Dentro desse cenário, ao iniciar uma revisão bibliográfica sobre temas relacionados ao estágio supervisionado e os aspectos que o constituem, ou ao menos deveriam constituir, encontram-se questões que parecem antagonizar alguns dos conceitos que sustentam a visão da EPT, especialmente quando o contexto analisado é o do sistema de capital. Nesse ínterim, o papel do pesquisador é proporcionar discussões que contribuam para a principal finalidade da citada modalidade de educação, a saber, a formação do estudante, promovendo sua emancipação e autonomia diante da sociedade.

Na educação formal, o estágio é o período pensado para estabelecer o vínculo do estudante com o mundo do trabalho. Nesse dado momento, terão muitos estudantes seu primeiro contato e “contrato” com esse mundo, por vezes com o serviço público, mas em sua maioria com a iniciativa privada. O mundo do trabalho pode surpreender um estudante, apresentando-se como uma experiência negativa, se este não tiver se preparado para este momento ou não receber a orientação e acompanhamento durante esse processo.

O desenvolvimento de saberes, que permita ao estudante vivenciar esse momento de maneira a oportunizar sua construção e desenvolvimento como um ser social, precisa ser pensado/planejado “antecipadamente” e trabalhado durante sua formação. Com base no pensamento apresentado, cabe o questionamento: como o estágio supervisionado contribui para a formação integral dos estudantes do EMI na EPT?

Portanto, o objetivo geral desse artigo busca explorar as contribuições do estágio supervisionado para a formação integral do estudante. Para alcance do objetivo o artigo busca atender aos seguintes objetivos específicos: a) analisar a articulação entre a teoria e a prática presente no estágio supervisionado; b) discutir como a relação conhecida como *práxis* favorece a formação do estudante; e c) apontar possíveis contradições que emergem desse processo.

Os procedimentos metodológicos adotados para a pesquisa foram a abordagem qualitativa e de caráter exploratório, utilizando-se da revisão bibliográfica de obras que tratam sobre o tema.

A justificativa se pauta em três aspectos. O primeiro é empírico, no caso, a discussão origina-se de inquietações e debates sobre a relevância do estágio supervisionado e se este contribui de fato para a formação integral do estudante. O segundo é teórico, basicamente o debate sobre o EMI tem sido destaque em obras e pesquisa voltadas a EPT, principalmente em relação à formação do estudante para além da preparação estritamente técnica, sendo o estágio supervisionado uma potencialidade ainda não devidamente explorada nesse processo (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2012; Araujo e Frigotto, 2015; Grasel *et. al.*, 2024). O terceiro é metodológico, propriamente o desenho de pesquisa foi o que mais se ajustou ao objetivo geral proposto.

O artigo está estruturado em 4 seções, mais esta Introdução. A saber, os Materiais e Métodos utilizados para elaboração deste, a Revisão Bibliográfica que aborda a Educação Profissional e Tecnológica e o Ensino Médio Integrado, bem como a Formação Integral, Estágio Supervisionado e a *Práxis* Educativa, em seguida são apresentadas as Discussões e Resultados obtidos após a elucidação do tema proposto, e por fim, apresentam-se as Considerações Finais e Referências utilizadas.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O artigo apresenta reflexões pautadas em levantamento bibliográfico, buscando identificar como o estágio supervisionado contribui para a formação do estudante no EMI, permitindo o desenvolvimento de saberes e contribuindo para sua formação integral.

A pesquisa foi ancorada em materiais já publicados, principalmente livros e artigos científicos, na busca de contribuir para a discussão proposta com a finalidade de identificar as convergências e divergências entre as abordagens apresentadas e como elas se aplicam à prática educativa.

O esforço partiu de uma abordagem qualitativa. Quanto ao objetivo, a pesquisa tem caráter exploratório, que segundo Gil (2017, p.28) “têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.” As observações apresentadas sobre o desenvolvimento de saberes através da prática do estágio e suas contribuições para formação integral de um estudante foram inferidas a partir da compreensão das leituras efetuadas, assim como da experiência social vivenciada dos autores (Gil, 2017). Quanto aos procedimentos, foi adotado o levantamento bibliográfico, que, de acordo com Gil (2017, p.29), “é elaborada com base em material já publicado”. A seleção das obras foi realizada por meio de uma leitura exploratória e crítica sobre os temas específicos e a relevância dos autores.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Esta seção apresenta uma revisão teórica dividida em duas subseções, a primeira tem a finalidade de elucidar os conceitos da EPT e do EMI, destacando a integração entre a formação geral e a formação técnica como característica central desse tipo de ensino. A segunda versa sobre a formação integral, o estágio supervisionado e a *práxis* educativa, na expectativa de, além de apresentar os conceitos, discutir a relação dos saberes adquiridos durante o momento do estágio supervisionado e como estes contribuem para a formação integral do sujeito.

3.1 Educação Profissional e Tecnológica e o Ensino Médio Integrado

O propósito nesta subseção é apresentar brevemente os conceitos relacionados a EPT, destacando a visão do EMI com sua histórica concepção e contradições, a luz e ancorando-se em estudiosos que se debruçam e escrevem sobre o tema, na luta pela sua efetiva concretização face à realidade e o sistema de capital atual.

A EPT, atualmente vista como a integração dos aspectos relacionados ao trabalho, ciência, tecnologia e cultura, teve sua construção e desenvolvimento vinculado à relação historicamente desarticulada entre a educação básica e a educação profissional, e como essa relação representa a dicotomia existente entre as classes sociais (Pacheco, 2012).

Apesar de ter sua origem histórica pautada na preparação de indivíduos para o mercado de trabalho, a EPT contemporaneamente, assumindo uma concepção de cunho mais contra hegemônica, tem se oposto a profissionalização e formação com foco no suprimento das necessidades desse mercado, evidenciando a necessidade da incorporação de valores éticos-políticos e conteúdos históricos e científicos, que ao serem integrados a educação do estudante podem contribuir para a caracterização do processo *práxis* humana (Pacheco, 2012).

A educação profissional surge com foco no desenvolvimento de habilidades manuais, propondo em sua essência filosófica uma oportunidade aos mais necessitados de aprenderem uma profissão e assim desenvolverem uma atividade que permitisse alcançar o ingresso no mercado de trabalho. Contrapondo a esse processo, a educação para os bens nascidos tinha seu foco estritamente em seu aspecto propedêutico, ou seja, na formação dos filhos de uma classe já abastada, conhecida como a elite. (Moura, 2007; Castro, Plácido e Medeiros, 2023).

Em um panorama abrangente, observa-se que a educação profissional foi, inicialmente, pensada e estruturada para o atendimento das necessidades imediatas dos setores produtivos, enquanto a educação básica seguia focada na formação dos futuros dirigentes do país. Assim, sempre e desde sua gênese, a educação profissional se desenvolve em um sistema onde se visualiza objetivamente a dualidade de propósitos na forma de se oferecer o ensino à sociedade, privilegiando uns em detrimento de outros.

Ademais, o processo da educação brasileira reflete o desenvolvimento precário e desestruturado do próprio país. Logo na apresentação de sua obra, Frigotto, Ciavatta e Ramos

(2012) trazem uma relação de autores que apresentam algumas observações sobre a forma de desenvolvimento do país e como isso reflete a imensa desigualdade educacional, que ganha maior compreensão diante da “expressão da forma de constituição de nossa formação histórica, de modernização conservadora, de independência e dependência associada ao grande capital”. (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p. 11).

Os autores da obra base deste artigo defendem a ideia de que a educação básica de nível médio deve ser vista como um direito universal, contribuindo para a formação profissional do indivíduo de forma que atenda as mudanças constantes nas bases técnicas de produção, mas também seja capaz de formar um trabalhador capaz de lutar por sua emancipação. “Trata-se, pois, de superar a formação profissional como adestramento e adaptação às demandas do mercado e do capital.” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p.15).

Diante de todo o processo histórico de transformação da educação, que culminou no estabelecimento da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e em seguida da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996), o principal debate e polêmica continuou girando em torno da dualidade na oferta do ensino.

De acordo com Moura:

Especificamente na esfera educacional, a principal polêmica continuou sendo o conflito entre os que advogam por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos, independentemente da origem socioeconômica, étnica, racial, etc. e os defensores da submissão dos direitos sociais em geral e, particularmente, da educação à lógica da prestação de serviços sob a argumentação da necessidade de diminuir o estado que gasta muito e não faz nada bem feito (Moura, 2007, p.14 e 15).

Moura (2007) destaca ainda que o texto da LDB, apesar de apresentar a primeira possibilidade de integração entre a educação básica e a educação profissional, apresenta critérios que deixam subjetiva e tratam de maneira ambígua a verdadeira intenção de manter a desarticulação entre as modalidades de ensino já estabelecidas.

Com a divisão da educação em dois níveis, educação básica e educação superior, o texto deixa em aberto e sem enquadramento a educação profissional, caracterizando-a como uma modalidade de ensino (Pacheco, 2012; Moura, 2007). As novas diretrizes e os documentos que vieram logo depois apresentaram a possibilidade de a educação profissional ser desenvolvida de maneira articulada com o ensino regular, mas, ao mesmo tempo, reforçaram a separação entre o ensino médio e a educação profissional, historicamente estabelecida (Moura, 2007). Frigotto, Ciavatta e Ramos concordam que:

Enquanto o primeiro projeto de LDB sinalizava a formação profissional integrada à formação geral nos seus múltiplos aspectos humanísticos e científicos-tecnológicos, o Decreto n. 2.208/97 e outros instrumentos legais (como a portaria n. 646/97) vem não somente proibir a pretendida formação integrada, mas regulamentar formas fragmentadas e aligeiras de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado. (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p.25)

Mesmo em face das mudanças na educação e da tentativa de articulação entre o ensino médio e a educação profissional, para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p.15), “A regressão social da década de 1990 nos mostrou também uma regressão no campo educacional”. Para os autores, as discussões e reformas, ocorridas na educação na década de 90, assim como os seus desdobramentos, contribuíram para uma regressão profunda, reestabelecendo, por meio do Decreto nº 2.208/97, o dualismo estabelecido desde a criação do ensino profissionalizante, e que para amenizar seus reflexos negativos passou a ser chamado de pedagogia das competências para a empregabilidade, mas continuando a serviço do capital e do mercado (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012).

Foi nesse panorama, marcado pela luta em favor de uma educação universal e integrada, que ocorreu a revogação do decreto anteriormente citado e sua substituição pela aprovação do novo Decreto n. 5.154/2004. Este último buscava expressar de forma pontual os aspectos da luta por um ensino médio integrado à educação profissional (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012). No entanto, o cenário de disputa deu origem a um documento que também não refletia por completo o ideário de uma educação integrada, mas representava uma mudança

em direção à pretendida educação contra hegemônica.

O conceito de formação integrada está, sob o olhar dos autores da obra analisada (2012), vinculado diretamente a posição de luta assumida por eles e também por aqueles que defendem o verdadeiro posicionamento e sentido da EPT em função da superação do dualismo, com uma expressão evidente no ensino médio, onde se pode visualizar uma maior separação entre aqueles que o cursam focados na formação propedêutica, e para isso recebem estímulos e incentivos, e aqueles marcados pela necessidade, já imposta pela própria sociedade onde está inserido, de preparação para o trabalho. Assim, só a articulação real e sob uma base unitária de formação geral, em que o ensino médio seja integrado ao ensino técnico, proporcionaria uma mudança de perspectiva, chamada pelos autores de “travessia”, capaz de mudar a realidade atual. (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012)

Entre rupturas e restabelecimentos dessa visão de integração, estabeleceu-se o conceito de EMI pautado em princípios desenvolvidos ao longo do processo histórico. Para Araujo e Frigotto (2015), o ensino integrado tem sua inspiração no pensamento gramsciano de escola unitária, mas não se pode desconsiderar que essa formação integral é fundamentada em uma sociedade capitalista, e por tanto apresenta-se com limitações.

Em resumo, o ponto-chave é entender que o compromisso principal de todas as partes envolvidas na educação focada na formação integral é o de transformação social, ou seja, de transformação do estudante capaz de refletir e transformar sua própria realidade. Partindo dos conceitos, pensamentos e ações que regem a EPT, todos os momentos devem ser pensados e integrados para que o estudante tenha experiências que construam e contribuam para este modelo de formação. Nesta visão, o estágio supervisionado também se estabelece dentro das mesmas perspectivas.

3.2 Formação Integral, Estágio Supervisionado e a *Práxis* Educativa

Em meio aos conceitos estudados principalmente na base da EPT, destacam-se os conceitos discutidos por Gramsci (2004), Frigotto (2009), Saviani (2007) e outros autores a respeito da educação por meio da integração entre o trabalho e a educação, a superação da dicotomia existente entre o trabalho intelectual e o trabalho manual e a superação de todas as divisões de classe oriundas dessa problemática. Um processo educativo pensado e executado dentro desses parâmetros pode contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Pacheco (2012) explicita que, ao compreender a relação indissociável entre saberes culturalmente constituídos, o indivíduo entende o trabalho como princípio educativo. Esse conceito precisa ser entendido além de aprender durante o fazer, ou aprender para fazer. O trabalho como princípio educativo deve ser entendido como a capacidade do ser humano de compreender e refletir sobre sua realidade e o ambiente/natureza onde está inserido, e, ao mesmo tempo, em que usufrui dela, a transforma e é transformado por ela. O trabalho e o apreender são próprios e constitutivos dos seres sociais.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) concordam ao apresentarem que o trabalho é o que diferencia o homem do animal, este último, programado por sua natureza, executa instintivamente seus atos, adaptando-se ao meio e às condições a que são expostos. Os seres humanos, por sua vez, por meio de uma ação consciente, criam e recriam sua própria existência, modificam a natureza e, em um movimento dialético, é modificado por ela. Ainda segundo os mesmos autores, o trabalho é considerado como parte indissociável da natureza humana, compondo o princípio de formação e educação do homem. Cabe destacar que, mesmo dentro desse modelo de pensamento, historicamente encontram-se dificuldades de trabalhar o processo formativo e educativo dentro do princípio da *práxis*, o qual é a integração e indissociabilidade da teoria e prática.

A educação integral tem por objetivo o desenvolvimento pleno e completo do indivíduo, ou seja, no conceito da EPT, a formação do estudante em todas as dimensões que o compõem fisicamente, intelectual, emocional e socialmente. Esse, precisa ser capaz de refletir e agir de forma autônoma, independente da sociedade onde está inserido. Dessa forma, essa nova sociedade, composta por cidadãos emancipados, será capaz de lutar pela superação da dicotomia entre a classe dominante e classe proletária. Araujo e Frigotto apresentam que:

Na perspectiva da integração, a utilidade dos conteúdos passa a ser concebida não na perspectiva imediata do mercado, mas tendo como

referência a utilidade social, ou seja, os conteúdos são selecionados e organizados na medida de sua possibilidade de promover comportamentos que promovam o ser humano e instrumentalizem o reconhecimento da essência da sociedade e a sua transformação. Procura-se, com isto, formar o indivíduo em suas múltiplas capacidades: de trabalhar, de viver coletivamente e agir autonomamente sobre a realidade, contribuindo para a construção de uma sociabilidade de fraternidade e de justiça social. (Araujo; Frigotto, 2015, p.68),

Na discussão sobre a formação integral, o Estágio Supervisionado pode ser considerado um dos momentos em que o estudante tem a possibilidade de aproximar a prática da teoria mediada em sala de aula. É nesse período que se tem a oportunidade de integrar-se ao mundo do trabalho. No entanto, para que essa integração ocorra dentro dos princípios da EPT é necessário que o estágio proporcione uma formação baseada no trabalho como princípio educativo, interligando o ensino com as práticas vivenciadas no cotidiano (Grasel *et. al.*, 2024).

A principal preocupação, dentro desses princípios, deve ser a condução do estágio como parte de um processo que contribua com a formação integral do estudante, e não unicamente como um meio de preparação e treinamento de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Em termos formais, o estágio é regulamentado pela Lei 11.788/2008 que o caracteriza como um ato educativo escolar supervisionado, que poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, desenvolvido no ambiente de trabalho, visando a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em uma instituição de educação.

A legislação também prevê que todos os dados referentes ao estágio, como a carga horária, as cláusulas do seguro contra acidentes pessoais, as atividades a serem desempenhadas, além dos dados, direitos e deveres das partes, devem estar dispostas no Termo de Compromisso de Estágio, o qual deve ser celebrado e assinado por todas as partes envolvidas, a saber, são consideradas partes no processo de estágio, o educando, a parte cedente do estágio e a instituição de ensino (Brasil, 2008). Outro ponto relevante a ser observado, dado as discussões trazidas neste texto, são as obrigações da instituição de ensino de zelar, acompanhar e avaliar o processo de estágio de forma a proporcionar aos seus educandos o melhor aproveitamento do estágio (Brasil, 2008).

As instituições de ensino, dentro do processo de estágio, assumem um papel relevante quanto ao objetivo de desenvolver o educando para a vida cidadã e para o trabalho, especialmente quando se busca a formação integral, defendida no conceito da EPT.

De todo o exposto, o estágio supervisionado em sua concepção pode ser entendido sob perspectivas diferentes. De um lado, a compreensão do estágio como momento de prática e de desenvolvimento de habilidades técnicas e competências demandadas pelo mercado para o determinado profissional. Do outro lado, o estágio compreendido como o momento de relação entre teoria e prática de forma indissolúvel, como momento que aproxima o estudante da prática profissional e da realidade do mundo do trabalho, permitindo que ele desenvolva saberes, técnicas e habilidades socioemocionais, que contribuem para sua formação profissional e conseqüentemente para sua formação integral (Zabalza, 2015; Grasel *et. al.*, 2024).

Nesse último sentido o estágio é um dos momentos em que ocorre a *práxis*, sendo esta, definida como uma relação indissolúvel entre a teoria e a prática, em que o movimento da aplicação prática de um conhecimento teórico permite ao estudante refletir criticamente sobre sua realidade, transformando o mundo por meio de suas ações. Essas ações precisam ser integradas, orientadas e conscientes, de forma que o conhecimento, o pensar e o fazer sejam indivisíveis, e permitam a construção, por meio de suas práticas, de novos saberes. Ribeiro (2011, p.17) define que *práxis* poder ser explicada como uma “atividade teórica e prática que transforma a natureza e a sociedade prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, orienta a atividade humana; e teórica, na medida em que esta ação é consciente”.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO: ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A PRÁXIS - CONTRIBUIÇÕES E CONTRADIÇÕES

Como apresentado, o estágio supervisionado desempenha um papel importante na formação integral dos estudantes, especialmente na concepção de EMI e da EPT. Na visão de ampliação e integração entre o conhecimento, saberes e o mundo do trabalho, a EPT busca reconstituir o ser com seus elementos integrativos humanos.

Conforme Araujo e Frigotto (2015) argumentam, é recusável a ideia de que exista uma única forma ou prática que promova a integração entre a teoria-prática e o ensino técnico e profissional, no EMI. O que se deve considerar é a possibilidade de haver práticas pedagógicas mais adequadas a visão e projeto de um ensino integrado. Logo, pensar em práticas pedagógicas engessadas ou fazer recomendações de ações padronizadas para o momento do estágio é um gasto de energia desnecessário.

Sendo assim, a intenção do presente esforço é trazer à discussão o momento do estágio e instigar a necessidade de uma reflexão sobre as possibilidades de ajustes que possam contribuir com o melhor aproveitamento deste momento formativo como momento de *práxis* para o estudante.

Apesar da inegável relevância do estágio como momento de integração entre teoria-prática e suas possibilidades de contribuição na formação integral do estudante, o assunto ainda é pouco explorado e debatido na agenda de pesquisa da área, pelo menos quando analisado sob a óptica do EMI e a EPT.

Grasel *et. al.* (2024) apresenta um levantamento das produções acadêmica nessa vertente e afirma que no período de 2005 a 2023 foram publicados, conforme a metodologia proposta em seu trabalho, apenas 28 trabalhos cujo objeto direto de estudo é o estágio supervisionado no EMI. Ademais, a análise dos dados do referido trabalho foi dividida em três categorias (“Formação profissional – percepções”, “Formação profissional - para o mundo do trabalho ou para o mercado de trabalho?” e “Processos e gestão do estágio”), em quais os dados obtidos na primeira categoria ancoram e dão sustentação as reflexões elaboradas neste artigo.

[...] síntese geral dos dados encontrados referentes à categoria **‘Formação profissional – Percepções’**: i) em relação à formação profissional foi considerado de fundamental importância; ii) o estágio enquanto elemento curricular desperta conhecimentos que vão além dos conteúdos, auxiliando o desenvolvimento social, aumento de autoestima, respeito, cooperação; iii) [...] iv) estágio como ferramenta relevante para o ingresso no mundo de trabalho; v) o estágio foi entendido como local de amadurecimento pessoal, profissional e intelectual; vi) o estágio auxilia na compreensão da unidade teoria e prática; vii) entendimento do estágio como locus de preparação para o mundo do trabalho; viii) existe um fetiche em relação à prática; ix) identificou-se a necessidade de acompanhamento sistemático das atividades de estágio; x) estágio favorece a imersão profissional e contribui para a construção identitária dos estudantes; xi) o atendimento do objetivo pedagógico do estágio é potencializado quando existe alinhamento entre seus agentes (supervisor, orientador e estagiário) em relação ao processo de aprendizagem. (Grasel *et. al.*, 2024, p.89, grifo nosso)

O momento vinculado ao estágio contribui para a formação integral quando considerado de forma mais ampla, deixando de lado a visão de simples execução prática do que se aprende na teoria, ou ainda a aquisição de habilidades técnicas sobre a carreira escolhida. A visão de formação integral é contrária a visão de formação técnica com foco na preparação para o mercado de trabalho. A educação, assim como o destacado momento do estágio, precisa transcender a simples transmissão de conhecimentos. É necessário que os saberes (tantos ao adquiridos na educação formal como na informal) sejam integrados as práticas educativas utilizadas (Araujo e Frigotto, 2015).

Charlot, (2014) e Souza, (2018), apresentam em suas obras discussões sobre a necessidade de uma reflexão crítica sobre os fatores que influenciam nos momentos de aprendizagem. Sendo o estágio supervisionado um desses momentos, podemos inferir que é necessário incentivar a reflexão sobre este não ser somente um momento de aplicação de teorias, mas uma oportunidade de o estudante questionar, investigar e transformar a sua prática, construindo sua formação integral e uma postura crítica diante dos desafios da vida profissional.

Do ponto de vista educacional, levando em consideração os conceitos apresentados,

todos os envolvidos no processo de formação de um estudante precisam agir de maneira que os saberes e as vivências destes sejam articuladas aos saberes que serão adquiridos no decorrer de sua formação acadêmica, pois, como educador, não se pode contribuir com a alienação desse estudante, e nem contribuir para a preparação, exclusivamente, de mais “mão-de-obra” que sirva exclusivamente aos interesses do sistema de capital vigente.

Charlot (2014) em seus escritos defende a ideia de que o estudante constitui sua identidade, como indivíduo, mediante a relação que estabelece com os saberes e o ambiente. Por saberes não se entende apenas os conteúdos escolares devidamente elaborados e estruturados pela educação formal, mas sim ao compartilhamento de cultura e experiências a que tem acesso em todas as esferas pessoal, profissional e acadêmica.

O processo de assimilação desses saberes, acontece como um processo complexo entre a relação que um indivíduo tem com o mundo, com os outros e ainda consigo mesmo. Entendendo essa relação complexa e integradora, se os saberes são construídos pelo indivíduo ao longo de sua jornada de formação, resultado da sua vivência e experiências, ou seja, da interação entre a teoria e a prática, entendida como *práxis* educativa, é necessária uma reflexão sobre o papel daqueles agentes responsáveis por auxiliá-los nesse processo.

Os educadores, especialmente os da educação formal, constroem de maneira planejada e estruturada, ou pelo menos deveriam, o caminho a ser trilhado pelo estudante. Dessa maneira, precisa-se que estes entendam a relevância de trabalhar e desenvolver esse trajeto de maneira que o estudante seja formado para o exercício de sua profissão, mas que, principalmente, seja capaz de refletir e de maneira crítica esteja preparado para o mundo do trabalho, se apropriando da ciência essencial do meio de produção.

No momento do estágio supervisionado, citado especificamente por ser o foco deste estudo, como a própria nomenclatura traz, existe a necessidade de que o estudante seja supervisionado e orientado por um educador que dará o suporte necessário para que o ambiente e as situações reais sejam experienciadas de maneira crítica e reflexiva. Em sua obra, Zabalza (2015) destaca a importância da orientação do estágio, argumentando sua relevância no acompanhamento individual dos estudantes, pois estes vivenciam e experimentam as situações de maneira singular.

O estágio supervisionado, dessa forma, permite ao estudante vivenciar o mundo do trabalho e se relacionar com ele. Ao colocar em prática os conhecimentos teóricos e técnicos que aprendeu durante a aula, o estudante transcende a aprendizagem pura e simples sobre o domínio de uma ferramenta ou procedimento. Ele deve internalizar os novos saberes, nessa feita compreendendo-se como parte da sociedade, e capaz de refletir sobre as situações reais.

Diante do grande desafio de promover a articulação entre os conhecimentos teóricos apropriados em sala de aula e sua aplicação prática, na busca por transpor a separação existente, no modelo tradicional de ensino, entre a formação geral e a formação técnica (o que resultará na formação fragmentada do estudante), o estágio supervisionado pode oferecer uma oportunidade para o estudante aplicar seus saberes e na *práxis* desse momento adquirir novos, que o permitirão transformar sua realidade.

Essa articulação entre a teoria e a prática, e a ação transformadora que dela se origina, permite que o estudante desenvolva uma capacidade de compreensão mais ampla e profunda sobre o mundo do trabalho, promovendo sua própria emancipação como sujeito diante da sociedade e do sistema de capital a que é submetido. Vieira (2010) afirma que o estágio funciona como um momento de amadurecimento para o estudante, que passa a dar valor ao conhecimento antes considerado sem aplicabilidade.

O estudante precisa ser orientado, antes e durante esse processo, sobre as várias questões, situações e cobranças que podem gerar sentimentos negativos, principalmente quando ainda não desenvolveu plenamente as habilidades sociais e emocionais necessárias para lidar com essas situações. Aqui, retoma-se a relevância da participação dos educadores, especialmente os professores/orientadores, para que essa articulação, na prática, supere a sensação de separação entre a teoria e a prática e a dualidade dela decorrente. Raulino e Diemer (2022, p.3) afirmam que “é necessário, portanto, que os estudantes sejam orientados para que possam refletir sobre a prática que desenvolverá, percebendo as contradições e sínteses existentes entre teoria e prática no mundo produtivo.”

Embora as oportunidades vinculadas ao estágio supervisionado sejam muitas, os desafios também o são. Assim sendo, com relação à execução prática do processo de estágio, é necessário refletir também sobre os desafios que a cercam. A depender da realidade e do ambiente em que está inserido, o estudante sente que o que aprende em sala de aula está muito

distante do que ele experiencia durante o estágio, o que gera uma sensação de frustração (Zabalza, 2015).

Outro desafio enfrentado é o de que, em alguns casos, o momento do estágio é propriamente o primeiro contato do estudante com um ambiente formal de trabalho que, por vezes, se revela diferente do que foi enunciado no ambiente escolar. Essa situação pode gerar inseguranças e dificuldades de adaptação. É importante que esse estudante tenha segurança dos seus conhecimentos e sinta autoconfiança para resolver as situações que se apresentam no ambiente profissional do estágio. (Vieira, 2010).

Também se mostra necessário que o estudante seja apresentado a realidade, intrínseca ao modo de produção e sistema de capital vigente, para que este compreenda em sua totalidade os aspectos que o cercam. As instituições concedentes possuem autonomia quanto ao aceite e a determinação das atividades práticas a serem exercidas pelos estudantes. Dentro dos parâmetros da legislação que regulamenta esse processo, a Lei 11.788/2008, as indicações sobre essas atividades são superficiais e mencionam apenas que é dever da concedente “ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural”, assim como a necessidade de ofertar um profissional com formação e experiência na área de conhecimento a ser desenvolvida pelo estudante. Esse cenário contribui para a utilização, por vezes, desses estudantes como força de trabalho para atendimento a necessidade do mercado, beneficiando mais as instituições concedentes do que a formação do estudante (Brasil, 2008).

A desarticulação entre a teoria e a prática, percebida pelo estudante, pode ser resultado da fragmentação do próprio currículo formativo dos cursos. As disciplinas precisam ser pensadas de maneira a permitir a integração entre as várias áreas de conhecimentos, entre a educação básica e a profissional, ou seja, entre os diferentes saberes. Nesse contexto, o estudante não terá dificuldade de compreender como os conhecimentos teóricos se relacionam com suas atividades práticas, tanto da profissão como de sua dimensão social (Araujo e Frigotto, 2015).

As contradições são evidentes, e apresentam-se em forma de dificuldades em que o estudante, professor/orientador do estágio e por vezes, até a instituição de ensino não reconheçam seu papel ou não consigam dimensionar a significativa relevância do posicionamento adequado, dentro da visão de ensino integrado, para a formação integral do estudante.

A concepção mais importante é entender que independente dos desafios e das estratégias que serão utilizadas para transpô-los, a principal ação norteadora deve ser busca pela formação integral do estudante, permitindo a reflexão crítica sobre as razões por trás dos procedimentos que realiza e o desenvolvimento de uma visão ampliada e crítica sobre o mundo do trabalho.

A obra de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) apresenta que, a proposta de formação omnilateral, ou seja, a formação integral proposta pela visão do que deve ser o EMI, é o caminho para a superação da dicotomia entre a formação geral e a formação técnica, entre a visão de trabalho manual e intelectual. Por meio de um projeto de educação que integre todos os aspectos necessários à formação do indivíduo por completo, é possível alcançar o objetivo maior, o qual é a formação de um indivíduo autônomo e crítico, capaz de viver, avaliar e modificar a sociedade em que está.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da reflexão estabelecida nas leituras que sustentam o universo onde está inserido a EPT, pode-se inferir que é evidente a necessidade da superação da alienação da sociedade em relação à dicotomia existente entre as classes sociais, entre aqueles pertencentes a classe dominante e dominada, entre os que exercem trabalhos intelectuais e manuais e principalmente entre aqueles que recebem uma educação voltada a formação integral e aqueles que recebem uma educação fragmentada, alienante e focada exclusivamente na formação de mão-de-obra tecnicamente treinada para satisfação das necessidades do capital.

Ou seja, é imprescindível que se supere a dicotomia entre as classes sociais e a finalidade a que o ensino lhe são ofertadas. Nessa perspectiva o EMI, dentro da visão correta de integração, é a oportunidade de uma educação profissional articulada com as demais dimensões do estudante/indivíduo, que ao transformar-se em um ser ciente e crítico da realidade que está inserido é capaz de refletir e propor mudanças que avancem no sentido dessa superação necessária.

A sociedade atual aumenta a necessidade dos indivíduos e o estudante é emerso em uma realidade onde se valoriza o ter e não o ser. Fazendo com que também se construa uma alienação sobre o real sentido do trabalho, como apresentado pela visão da EPT.

O estudante, ao ser inserido em uma “instituição” elabora e constrói seu entendimento da realidade através da lente que lhe é oferecida por aqueles que carregam a missão de guiá-lo pelo caminho da aprendizagem. Ao mesmo tempo, o estudante é um indivíduo único, capaz de elaborar suas próprias escolhas, as quais determinaram sua formação, assim o ponto de equilíbrio da articulação entre os saberes já inerentes a esse estudante e aqueles que lhe serão ofertados, poderá ser determinante para o melhor aproveitamento da experiência de formação adquirida no momento da *práxis* no estágio.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, R. M. de L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 52, n. 38, p. 61–80, 2015. DOI: 10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7956. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956>. Acesso em: 12 set. 2024.
- BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de jul. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 21 set. 2024.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 set. 2024.
- BRASIL. Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008. Seção 1, p3. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11788.htm. Acesso em: 21 set. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 set. 2024.
- CASTRO, C., PLÁCIDO, R. L., MEDEIROS, I. Educação Tecnológica no Brasil: A Geopolítica e a Geografia Política do processo histórico. **Metodologias e aprendizado** v. 6, 2023, p.516-533. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3983/3306>. Acesso em: 16 set. 2024.
- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2014.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14, n. 40, p. 168-194, jan./abr. 2009.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: Concepções e Contradições**. 3ed. São Paulo: Cortez: 2012.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, vol 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GIL, Antonio Carlos, 1946 – **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- GRASEL, G.; COSTA FILHO, J.; VIDAL, L.; SUANNO, M.; SILVA, A. Estágio supervisionado no ensino médio integrado: Formação para o (mundo do) trabalho?. **Metodologias e Aprendizagem**

do, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 78–101, 2024. DOI: 10.21166/metapre.v7i1.4945. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/4945>. Acesso em: 11 set. 2024.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação profissional e tecnológica. **Holos**, [S. l.], v. 2, p. 4–30, 2008. DOI: 10.15628/holos.2007.11. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 11 set. 2024.

PACHECO, Eliezer. **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio**. Propostas de diretrizes curriculares. São Paulo: Moderna, 2012.

RAULINO, C. G. de S.; DIEMER, O. O estágio como prática educativa no currículo integrado: percepções docentes e discentes. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, Brasil, v. 8, n., p. e181522, 2022. DOI: 10.31417/educitec.v8.1815. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1815>. Acesso em: 22 set. 2024.

RIBEIRO, Silvia Fernanda Martins Dias. **ENSINO MÉDIO INTEGRADO: o estágio como um dos elementos articuladores da formação geral e profissional**. 2011. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2024

SOUZA, José dos Santos. Mediação entre a escola e o novo mundo do trabalho na formação de técnicos de nível médio. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 16, p. 123-140, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00095>. Acesso em: 10 set. 2024.

VIEIRA, D. E. **O estágio supervisionado curricular na formação do técnico em agropecuária no IFPB Sousa**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4942/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024

ZABALZA, Miguel A. **O Estágio e as Práticas em Contextos Profissionais na Formação Universitária**. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

i Sobre os autores:

Ronancielle Teixeira de Abreu Lima (<https://orcid.org/0009-0006-2312-0111>)

Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). Graduada em Administração pela Faculdade Anhanguera de Rondonópolis (2011), especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica pelo IFMT-Campus Cuiabá (2024), e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) (2024). Membro do Grupo de Pesquisas em Ensino Profissional (GPEP), desenvolve pesquisas na linha de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

José Vinicius da Costa Filho (<https://orcid.org/0000-0003-2210-3329>)

Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (2019), mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (2013), especialista em Gestão Pública pelo Instituto Cuiabano de Educação (2009), graduado em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso (2009), Licenciado em Pedagogia em Educação Profissional e Tecnológica pelo IFMT (2021). Docente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional (ProfEPT) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (PPGDURB). Membro do Grupo de Pesquisas em Ensino Profissional (GPEP) e do PRAETOR - Grupo de Estudos sobre Poder Judiciário, Política e Sociedade. Tem experiência na área de Educação, Ciência Política, Direito e Gestão Pública.

Como citar este artigo:

LIMA, Ronancielle Teixeira de Abreu; COSTA FILHO, José Vinicius da. Estágio supervisionado no ensino médio integrado: contribuições para a formação integral do estudante na educação profissional e tecnológica. **Revista Educação Cultura e Sociedade**. vol. 14, n. 2, p. 124-135, 30ª Edição (Especial), 2024. <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs>

Revista Educação, Cultura e Sociedade é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

Indexadores: DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV – DIADORIM – SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES – GOOGLE SCHOLAR